



INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP

ARTIGOS

FESTA

QUARTA-FEIRA DE CINZAS, 2006

JOHN C. DAWSEY

Os estudos mais incisivos sobre festas resultam de uma espécie de arqueologia da linguagem, como podemos verificar nos escritos de Durkheim (1968) e Mauss (2003). Configura-se um campo de investigações: Callois (1950), Eliade (1972), Dumézil (1975), Duvigneaud (1976), Girard (1990), etc. A influência de Dilthey marca alguns estudos, com destaque aos de Turner (1982, 1986) e Geertz (1978, 1991). Eis um detalhe: o lugar privilegiado para a discussão da festa localiza-se em estratos mais fundos das culturas, nas chamadas formações “arcaicas” – ali, onde Durkheim detectou as formas de solidariedade mecânica. Haveria nesses estudos a expressão de nostalgia por uma experiência coletiva, vivida em comum, passada de geração em geração, e capaz de recriar um universo social e simbólico pleno de significado? Haveria aqui a nostalgia por uma experiência de integração social?

Festas não surgem do nada – mesmo quando suscitam uma sensação de vazio. Elas emergem, diz Turner, de uma experiência. “Experiência” e “perigo” são palavras que vêm da mesma raiz, do indo-europeu *per*, com o significado literal, de “tentar, aventurar-se, correr riscos”. A derivação grega, *perao*, “passar por”, também chama a atenção (cf. Turner, 1986). Experiência é um processo através do qual o contido ou suprimido revela-se – Dilthey usa o termo *Ausdruck*, de *ausdrucken*, “espremer”. Algo acontece ao nível da percepção (sendo que a dor ou o prazer podem ser sentidos de forma mais intensa do que comportamentos de rotina). Imagens de experiências passadas são evocadas e delineadas – de forma aguda. Emoções associadas aos eventos do passado são revividas. O passado articula-se ao presente numa “relação musical” (conforme a analogia de Dilthey), tornando possível a descoberta e construção

SUMÁRIO

ARTIGOS

Festa	1
Ética e Política no Brasil: Nada de Novo	4
Gilda de Mello e Souza	5
De centro privado e autônomo para núcleo de pesquisas acadêmicas: conheça a trajetória do CAENI	7
Em nome da paz e do respeito aos direitos humanos. 8	

ENTREVISTA

Gildo Magalhães dos Santos Filho	10
--	----

EVENTO

Semana de Recepção aos Calouros 2006	15
--	----

MESTRADO

Wilma Rodrigues Alves	16
-----------------------------	----

PRODUÇÃO DA FACULDADE

.....	17
-------	----

de significado. A experiência completa-se através de uma forma de “expressão” (cf. Turner, 1982a).

Em festas as sociedades sacaneiam-se a si mesmas, brincando com o perigo, e suscitando efeitos de paralisia em relação ao fluxo da vida cotidiana. Trata-se, diz Caillouis (1950), de um “paroxismo da sociedade”. Regras são esquecidas, tabus violados.¹ Suspendem-se ou invertem-se papéis. Manifestam-se elementos estruturalmente arredios. Em meio a ruídos, resíduos e ruínas, a vida torna-se mais intensa. Eclodem formas elementares de erosão social. Irrumpem estados de “efervescência” (cf. Durkheim, 1968), com inervações corporais. Tem-se a sensação da perda do equilíbrio. Excesso. Vertigem. O mundo vira de ponta-cabeça. O que era sólido desmancha-se no ar. A festa enuncia uma catástrofe. E o mundo vira canteiro de obras. Universos sociais e simbólicos recriam-se a partir de elementos do caos.

Sociedades fazem usos do caos para fins de revitalizar a ordem social. Sendo socialmente instituídas as festas podem revelar uma ordem rigorosa. Há tempos e espaços apropriados para que elas aconteçam. Frequentemente, movimentos carnalizantes que irrompem na periferia do universo social reforçam os poderes que se estabelecem no centro.

Em festas as sociedades propõem-se a si mesmas um desvio metodológico. Provoca-se um deslocamento do lugar olhado das coisas. Olhando-se desde as margens, elas produzem efeitos de estranhamento. Multiplicam-se perspectivas. Revela-se a profunda estranheza do familiar. Seja simplesmente uma forma de alienação, ou seja, à moda de Brecht, alienação da alienação, festas podem produzir conhecimento. Num lampejo, uma lição atordoante: a exceção é a regra. Promovem a estultícia? Em suas dobras às vezes também materializam-se formas surpreendentes de sabedoria. Acima de tudo, provocam um estremecimento.

Como fulgurações expressivas capazes de realizar uma experiência, as festas constituem uma forma de linguagem e

um gênero de ação simbólica. Espaços liminares são propícios para o surgimento de símbolos poderosos (Turner, 1974). Os fios que tecem as redes de significado unificam-se em tramas carregadas de tensões. As festas apresentam-se como lugares de mediação (Amaral, 1998). Através delas, criam-se telas de sociabilidade (Magnani, 1984; Jancsó e Kantor, 2001). A multivocalidade dos símbolos proporciona a passagem entre elementos de categorias distintas e contrastivas, energizando sistemas de comunicação (Turner, 1974). Em meio a manifestações lúdicas e agonísticas, instaura-se a troca (Mauss, 2003). Na passagem entre natureza e cultura – onde o tabu impõe a reciprocidade (cf. Lévi-Strauss, 1982) – irrompe a festa. Nas histórias que os seres humanos contam sobre eles para si mesmos, celebra-se a cultura (Geertz, 1978).

Em momentos de perigo, às margens de narrativas unilineares e de suas forças unificadoras, imagens do passado articulam-se ao presente. Festas às vezes também contam histórias de esquecimento (cf. Gagnebin, 1985). Em meio à travessia, o olhar volta-se com atenção para os redemoinhos, refluxos e contracorrentes, ou simplesmente para histórias que submergiram, ou não vieram a ser. E o fluxo da vida vira palco para um *bricoleur*, reunindo pedaços e fragmentos residuais de erosão social em relações surpreendentes, inusitadas. Eis uma premissa: a festa como lugar de brincadeira ou molecagem de *bricoleur*.

Na irrupção de elementos residuais da história, abrem-se possibilidades de comunicação com estratos inferiores mais fundos e amplos da vida social. Em festas, figuras estruturalmente poderosas podem mostrar-se como sendo extremamente frágeis. Inversamente, personagens estruturalmente frágeis transformam-se, às vezes, em seres de extraordinário poder (Turner, 1974). De fontes liminares, imagens e criaturas ctônicas irrompem com poderes de cura para revitalizar tecidos sociais. Figuras grotescas manifestam-se em meio a experiências carnalizantes. Ilumina-se o baixo corporal (Bakhtin, 1993). Entidades ambíguas ou anômalas, consideradas como sendo estruturalmente perigosas, energizam circuitos de comunicação atrofiados. Surgem áre-

¹ Freud (1974: 168) escreve: “Um festival é um excesso permitido, ou, melhor, obrigatório, a ruptura solene de uma proibição”.

EXPEDIENTE

REITORA:
Profa. Dra. Suely Vilela

DIRETOR:
Vice-Diretora em exercício
Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

COMITÊ EDITORIAL DO INFORME: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini (DTLLC), Prof. Dr. Gabriel Cohn (DCP), Prof. Dr. Pablo Ruben Mariconda (DF), Profa. Dra. Zilda Márcia Gricoli Iokóí (DH), Profa. Dra. Esmeralda Vaillati Negrão (DL), Prof. Dr. Flávio Wolf de Aguiar (DLCV) e Sra. Eliana Bento da S. A. Barros (AÇÃO) - Membro Assessor. SERVIÇO TÉCNICO DE COMUNICAÇÃO: Eliana Bento da Silva Amaluzzi Barros - MTb 35814. COORDENAÇÃO: Dorli Hiroko Yamaoka - MTb 35815, PROJETO GRÁFICO: Dorli Hiroko Yamaoka, Erbert A. Silva - MTb 35870. DIAGRAMAÇÃO: MONIQUE FONSECA CARVALHO. COLABORADORES: Aline Vicente Miguel, Daniel Cantinelli Sevillano, Verônica Reis Cristo. REVISÃO: Daniela Yoko Taminato. SERVIÇO DE ARTES GRÁFICAS: João Fernando Querido Salvado. IMPRESSÃO: Gráfica - FFLCH/USP. TIRAGEM: 1500 exemplares.

as de contágio. Espaços híbridos. Escândalos lógicos.

As festas provocam mais do que um simples espelhamento do real. Lampejam utopias (Del Priore, 1994). Instaura-se, nesses momentos, um modo subjuntivo (“como se”) de situar-se em relação ao mundo, provocando fissuras, iluminando as dimensões de ficção do real – *f(r)iccionando* – eu seria tentado a dizer – revelando o seu inacabamento e subvertendo os efeitos de realidade de um mundo visto no modo indicativo, não como paisagem movente carregada de possibilidades, mas simplesmente como é. Festas não produzem um mero espelhamento. A subjuntividade, que caracteriza um estado de festa, surge como efeito de um “espelho mágico” (cf. Turner, 1987).

O uso de máscaras e adornos expressa as transformações do ser e da consciência. Na abertura para a estranheza do outro, provoca-se um outro olhar em relação ao eu. Mas, o outro não se transforma simplesmente em familiar. Intensifica-se a percepção da alteridade. Máscaras revelam a alegre transformação e relatividade das coisas, diz Bakhtin (1993). Isso, porém, na medida em que o corpo, que por detrás lampeja, impede o esquecimento da impermanência da própria máscara (cf. Schechner, 1985). Afinal, os corpos friccionam as máscaras. Nos estados oscilantes de *f(r)icção* produzem-se os momentos mais eletrizantes de uma festa.

No retorno do suprimido, ilumina-se a primazia dos corpos. Razão social se desfaz refazendo-se e renasce como razão sensível. Nos momentos de suspensão das relações cotidianas é possível ter uma percepção mais funda dos laços que unem as pessoas. Despojadas dos sinais diacríticos que as diferenciam e as contrapõem no tecido social e sob os efeitos de choque que acompanham o curto-circuito desses sinais numa situação de liminaridade, pessoas podem ver-se frente a frente. Voltam a sentir-se como havendo sido feitas do mesmo barro do qual o universo social e simbólico, como se movido pela ação de alguma oleira oculta, recria-se. A essa experiência fundante da vida social Turner (1974) dá o nome de *communitas*. Nos instantes de interrupção das formas de organização, em meio às inervações dos corpos, revitaliza-se o corpo social. Em festa, a cultura também se manifesta como uma dobra reflexiva da natureza, uma história – pode-se dizer, fazendo uma “desleitura” de Geertz – que a natureza conta sobre ela para si mesma.

Em momentos como esses, quando se produzem efeitos de estranhamento em relação à própria cultura, é possível sentir-se como fazendo parte de um mesmo corpo social. As formas de integração transformam-se em experiência vivida e história incorporada. Talvez seja esse um

dos paradoxos maiores que se enunciam na literatura sobre festas: os modos de integração e solidariedade social manifestam-se com intensidade maior em sociedades que, periodicamente, colocam-se à beira do caos. De acordo com alguns pontos de vista, eis o gênio dessas sociedades: fazem usos da desordem para fins de fortalecerem as suas estruturas sociais.

O que dizer da nostalgia por festas que se revela nesse campo de estudos? Retomando a questão inicial, haveria nas discussões sobre sociedades “arcaicas” (ou de solidariedade mecânica) a expressão de nostalgia por uma experiência coletiva, vivida em comum, passada de geração em geração, e capaz de recriar um universo social e simbólico pleno de significado? Haveria também – o paradoxo é evidente – a expressão de desejos por ordem e integração social?

No advento da modernidade, detecta-se uma espécie de empobrecimento: a supressão do riso (Bakhtin, 1993), o cerceamento da brincadeira (Huizinga, 1993), e a decadência generalizada da festa (Durkheim, 1968; Callois, 1950; Eliade, 1972; Girard, 1990; Duvigneaud, 1976). Pergunta Duvigneaud: as “sociedades tecnológicas” seriam mais frágeis que as “arcaicas” que se destroem periodicamente sem temerem o vazio? Eis um paradoxo: suprime-se o caos extraordinário da festa para então vê-lo irromper em meio à fragmentação das relações cotidianas. Analisando os desdobramentos da revolução industrial, Victor Turner (1982b) discute como as formas de expressão simbólica se dispersam, num movimento de diáspora, acompanhando a fragmentação das relações sociais. O “espelho mágico” dos rituais – e das festas – se parte. Nos estratos culturais de superfície em que nos encontramos, as festas e suas fontes liminares de poder não mais ocupam, sugere Turner (1982b), um lugar central nos processos de renovação de universos sociais e simbólicos. Em lugar de um espelho mágico, poderíamos dizer, surge uma multiplicidade de fragmentos e estilhaços de espelhos, com efeitos caleidoscópicos, produzindo uma imensa variedade de cambiantes, irrequietas e luminosas imagens.

Escrevendo este texto (pasmе!) numa quarta-feira de carnaval, seria uma temeridade ignorar o modo como festas renascem das cinzas, ano após ano. Nessas margens, uma sociedade se recria (Da Matta, 1978, Montes, 1985). As próprias festas não deixam de ser celebradas. Não obstante, em meio à fragmentação de nossas relações sociais, outras formas expressivas também chamam atenção pelo modo como às vezes provocam um duplo deslocamento, às margens das margens, com efeitos de estranhamento em relação ao cotidiano e ao extraordinário também.

Bibliografia:

- AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. Festa à Brasileira: Significados do Festejar no País que “Não é Sério”. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Antropologia, FFLCH, USP, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento. São Paulo/Brasília: EdUnB/Hucitec, 1993.
- BARTHES, Roland. “Brecht e o discurso: contribuição para o estudo da discursividade”. In: O Rumor da Língua. Lisboa: Edições 70, 1987.
- BATAILLE, Georges. Theorie de la Religión. Paris: Gallimard, 1973.
- BENJAMIN, Walter. “O Surrealismo: O Último Instantâneo da Inteligência Européia”. In: Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CAILLOIS, Roger. L’Homme et le Sacré. Paris: Gallimard, 1950.
- DA MATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DEL PRIORE, Mary. Festas e Utopias no Brasil Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DUMÉZIL, Georges. Fêtes Romaines d’Été et d’Automne Suivi de Dix Questions Romaines. Paris: Gallimard, 1975.
- DURKHEIM, Emile. Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse. Paris: PUF, 1968.
- DUVIGNEAUD, Jean. “La Fête: Essai de Sociologie”. In: Cultures, v. 3, n. 1, UNESCO, 1976.
- ELIADE, Mircea. El Mito Del Eterno Retorno. Madrid: Alianza Editorial, 1972.
- FREUD, Sigmund. Totem e Tabu. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Prefácio: Walter Benjamin ou a História Aberta”. In: BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política. Volume 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- GEERTZ, Clifford. Negara: O Estado Teatro no Século XIX. Lisboa: Difel, 1991.
- GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIRARD, René. A Violência e o Sagrado. São Paulo: Unesp/Paz e Terra, 1990.
- HUIZINGA, Joaquin. Homo Ludens: O Jogo como Elemento da Cultura. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.
- JANCSÓ, Istvan, e KANTOR, Iris (orgs.). Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: EDUSP/Hucitec/Imprensa Oficial, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. As Estruturas Elementares do Parentesco. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MAGNANI, José Guilherme. Festa no Pedaco. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão de troca nas sociedades arcaicas.” In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003 [1925].
- MONTES, Maria Lúcia, e MEYER, Marlyse. Redescobrimo o Brasil: A Festa na Política. São Paulo: T.A. Queróz Editor, 1985.
- SCHECHNER, Richard. “Points of contact between anthropological and theatrical thought”. In: Between theater and anthropology. Philadelphia: The University of Philadelphia Press, 1985.
- TURNER, Victor. O Processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.
- TURNER, Victor. “Introduction”. In: From Ritual to Theatre. New York: PAJ Publications, 1982a.
- TURNER, Victor. “Liminal to liminoid, in play, flow, and ritual: an essay in comparative symbology”. In: From Ritual to Theatre. New York: PAJ Publications, 1982b.
- TURNER, Victor. “Dewey, Dilthey, and Drama: An Essay in the Anthropology of Experience”. In: TURNER, Victor, e BRUNER, Edward (orgs.). The Anthropology of Experience. Urbana/Chicago: University of Illinois Press, 1986.
- TURNER, Victor. “Images and Reflections: Ritual, Drama, Carnival, Film and Spectacle in Cultural Performance”. In: TURNER, Victor. The Anthropology of Performance. New York: PAJ Publications, 1987.

ÉTICA E POLÍTICA NO BRASIL: NADA DE NOVO

FRANKLIN LEOPOLDO E SILVA

As denúncias de corrupção e os acontecimentos correlatos que marcaram a vida nacional nos últimos tempos puseram novamente na ordem do dia questões de ética, notadamente aquelas relacionadas com a conduta dos políticos e daqueles que lhes são próximos. O público acompanhou com interesse as sessões das CPIs e do Conselho

de Ética; as diversas *performances* dos protagonistas e dos coadjuvantes foram avaliadas e comentadas exaustivamente. Esse fenômeno associou duas dimensões que nem sempre andam juntas na visão que as pessoas têm da atividade pública: a política e a ética, indicando que deveriam formar um par inseparável, mormente na conduta daqueles que

carregam responsabilidades vinculadas à vida coletiva.

Tais relações, postas circunstancialmente em evidência, deveriam contribuir para que se chegasse a uma clareza maior acerca da ligação entre ética e política, e talvez seja interessante refletir um pouco sobre as causas que impediram que isso viesse a acontecer. Mencionemos, primeiramente, a ambigüidade que permeia a avaliação da conduta ética quando se pretende que ela se dê na forma de um julgamento objetivo, em que importa mais o estabelecimento dos fatos do que a consideração dos valores. Já os advogados que defendem réus confessos ou cuja culpabilidade é evidente, costumam justificar-se dizendo que o resultado de um julgamento, em termos de processo jurídico, nada tem a ver com o juízo moral que a própria pessoa ou outras possam fazer acerca dos atos praticados, sendo a sentença mera consequência de procedimentos técnicos aplicados na acusação e na defesa. Algo semelhante ficou patente no processo de coleta de provas, de depoimentos e interrogatórios e de tudo mais que levou as comissões competentes a elaborar seus relatórios. Não apenas os resultados ficaram sujeitos à contingência das provas materiais, como também a todo tipo de acordo, permuta, ajustes e outras manobras comuns em negociações políticas.

Dessa maneira, a relação entre ética e política estabelecida no decorrer desses episódios consistiu numa total subordinação de critérios éticos às conveniências políticas dos vários grupos envolvidos. Venceu a política, mas no sentido pequeno e brasileiro do termo. Não houve,

assim, qualquer mudança no desequilíbrio congênito entre ética e política que caracteriza a conduta daqueles que formalmente possuem responsabilidades públicas. E isso aconteceu exatamente porque tais responsabilidades são única e exclusivamente formais. O aparente cuidado com o exame das provas materiais, com o direito de defesa, etc., não se deveu a qualquer sentido de justiça, mas sim ao formalismo que predominou totalmente, até mesmo nos surtos emocionais, ensaiados como parte do espetáculo.

A imprensa colaborou largamente, alimentando, com a construção e disseminação espetacular da informação, tanto os procedimentos legais quanto uma suposta indignação popular. De acordo com a articulação das conveniências e interesses, pessoas e fatos foram impiedosamente expostos ou cuidadosamente poupados. Respeitou-se rigorosamente a competência daqueles que cultivam a capacidade de encobrir com artimanhas legais (e outras) toda espécie de ilegitimidade no trato da coisa pública. Não foi levantada qualquer suspeita sobre a legitimidade moral de muitas das tristes figuras que se arvoraram em acusadores e juízes.

O resultado, a curto e médio prazo, já é esperado: a diluição geral das culpas e das responsabilidades, o encerramento do espetáculo em que se representou a ética, e a volta aos negócios, com uma possível alta na cotação de votos, apoios e alianças, numa nova configuração a partir das perspectivas eleitorais. A ver a relação entre perdas e ganhos no jogo publicitário em que a moralidade foi vendida como mercadoria.

GILDA DE MELLO E SOUZA

WALNICE NOGUEIRA GALVÃO

Gilda de Mello e Souza (24.3.1919 – 25.12.2005) ingressou em Filosofia em 1937, na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, licenciando-se em 1937 e obtendo o bacharelado em 1940. Pertenceu a uma das primeiras turmas, aquelas que tiveram o privilégio de assistir as aulas dos mestres europeus – os franceses, no caso das humanidades.

Foi assim que se tornou discípula de Roger Bastide, Jean Maugué e Claude Lévi-Strauss, conforme relata no ensaio “A estética rica e a estética pobre dos professores franceses”¹, proferido como aula inaugural dos cursos do Departamento

de Filosofia em 1972 e que foi ao mesmo tempo sua aula de despedida ao aposentar-se, no ano seguinte.

Em 1941, participou da fundação da revista *Clima*, juntamente com colegas da Faculdade como Antonio Candido (com quem se casaria em 1943), Decio de Almeida Prado, Paulo Emilio Salles Gomes, Ruy Coelho, Lourival Gomes Machado, entre outros. Ali publicaria artigos e contos. Os membros da revista viriam a figurar entre os intelectuais mais influentes do país nas décadas seguintes.

Em 1943 Roger Bastide, catedrático de Sociologia, convidou-a para assistente, posição que ocuparia por dez anos.

Em 1954, por iniciativa de João Cruz Costa, passou a

¹ Gilda de Mello e Souza, Exercícios de leitura, São Paulo, Duas Cidades, 1980.

professora de Estética no Departamento de Filosofia, assim se tornando fundadora da disciplina, que a legislação exigia mas cuja criação não fora levada a cabo. Manteria o cargo até aposentar-se em 1973.

Seu departamento não escaparia à perseguição da ditadura em 1964, quando da implantação do golpe militar, e mais ainda no início de 1969, após a promulgação do Ato Institucional No. 5. Ante um departamento acéfalo e repentinamente desorganizado pelas cassações que o mutilaram, D. Gilda, mesmo que a contragosto, acabaria por encarregar-se da chefia, de 1969 a 1972.

Em sua gestão, enfrentou e venceu não poucas nem pequenas batalhas. Certa vez, havia problemas com o prazo das dissertações de mestrado e D. Gilda foi à Congregação defender os interesses do departamento contra os desígnios do diretor, conseguindo impor seus objetivos. Em outra ocasião, e caso bem mais grave, era o reitor que pretendia nomear um interventor no departamento por falta de titulados que atendessem aos requisitos mínimos do regimento interno, já que os anteriormente existentes tinham sido cassados. D. Gilda dirigiu-se à reitoria, negociando um prazo para obtenção dos títulos, nos limites do qual o compromisso foi cumprido e a ameaça de uma intervenção mantida a distância. Tudo isso, contrariando sua índole, antes modesta e reservada; entretanto, quando era necessário, não se furtava a tais proações.

Foi nesse período que fundou *Discurso*, órgão do departamento, uma revista de alta categoria científica até hoje em vigência, confrontando e superando entraves de ordem burocrática para sua realização.

Os extraordinários serviços que prestou na defesa da instituição, muito discretamente exercidos, pois alimentar repercussões era algo alheio a seu temperamento, seriam reconhecidos quando da outorga do título de Professora Emérita da USP, em 1999.

Com orientação de Roger Bastide, sua tese de doutoramento, *A moda no século XIX* (1950), seria publicada na Revista do Museu Paulista em 1952 e republicada em 1987 pela Companhia das Letras, com o título de *O espírito das roupas*. A originalidade e o pioneirismo de seu pensamento, marca registrada de suas atividades, mostram-se na escolha do tema, que só bem

mais tarde seria descoberto pelos franceses, quando Roland Barthes publicou *Système de la mode* em 1976².

Dois outros de seus livros surgiram quase simultaneamente. Em 1979 saiu *O tupi e o alaúde*, uma análise da prosa de Mário de Andrade, e especialmente de *Macunaima*, na qual D. Gilda se revela a excelente intérprete do escritor que sempre fora e sobre o qual ministrara numerosos cursos na Faculdade, despertando vocações e dando origem a várias teses de alunos. Pesquisas e ensaios, desenvolvidos em sala de aula, tiveram como alvo primordial o seletivo círculo de seus estudantes de graduação e pós-graduação. Seria esse um dos muitos trabalhos que viria a publicar sobre diferentes aspectos da obra, da atuação e da personalidade do escritor.

Em 1980 saiu o referido *Exercícios de leitura*, que reúne alguns de seus escritos esparsos. Embora anteriormente já ficassem nítidos o alcance da erudição e a finura das análises estéticas, apreciados por quem assistia seus cursos, conferências e arguições de tese, ou lia seus livros e artigos, é neste novo volume que se evidenciam vastos conhecimentos de artes plásticas. Mostra o à vontade com que se movia por diferentes campos, pois reúne ensaios de estética, literatura, teatro, cinema e artes. Nele figuram, entre outras, duas de suas maiores contribuições ao estudo de nossa pintura em ensaios dedicados aos precursores novecentistas e ao nacionalismo dos modernistas.

Seu último livro, *A idéia e o figurado*³, mais uma vez colige esparsos, cobrindo amplo espectro das artes.

Afora a obra escrita, D. Gilda também fez traduções, sendo a mais célebre a de *A dama das camélias*, de Alexandre Dumas Filho⁴. Traduziu ainda o clássico *Arte e sociedade*, de Roger Bastide⁵, escrito pelo mestre durante sua estada em nossa Faculdade e publicado pela primeira vez em 1945.

Deixa três filhas – Ana Luiza Escorel, Laura de Mello e Souza e Marina de Mello e Souza, as duas últimas, professoras de História na USP -, além de sete netos.

² No Brasil, Sistema da moda, São Paulo, Edusp, 1978.

³ *A idéia e o figurado*, São Paulo, 34/Duas Cidades, 2005.

⁴ Publicada pela Brasiliense em 1965 e republicada pela Paz e Terra em 1996.

⁵ Publicado pela Martins em 1945 e republicado pela Companhia Editora Nacional em 1971 e 1979.

DE CENTRO PRIVADO E AUTÔNOMO PARA NÚCLEO DE PESQUISAS ACADÊMICAS: CONHEÇA A TRAJETÓRIA DO CAENI

POR ALINE VICENTE MIGUEL

Desenvolver pesquisas científicas de alto nível na área de Relações e Negociações Internacionais, fornecendo subsídios para a formação de alunos de graduação, mestrandos e doutorandos. Esse é o principal objetivo do Centro de Estudos das Negociações Internacionais – CAENI -, vinculado ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Amâncio Jorge de Oliveira, diretor científico do centro e professor do Departamento, explica que há quatro grandes áreas de pesquisas no CAENI. A primeira é relacionada à Organização Mundial do Comércio – OMC -, enfocando a posição dos países em desenvolvimento nessa negociação. Outra área forte é a integração regional do ponto de vista institucional e político (por exemplo, a questão da entrada da Venezuela no Mercosul). Além disso, pesquisam-se também o posicionamento do setor privado brasileiro nas negociações internacionais e a política externa do Brasil.

Mas nem sempre o CAENI foi assim. Vinculado à USP apenas no ano de 2005, nos três anos anteriores o Centro era um núcleo de pesquisa privado e autônomo que realizava duas atividades principais. Uma, de característica mais de consultoria, era acompanhar a área de negociações internacionais e realizar pesquisas voltadas especificamente para o setor privado, as quais forneciam subsídios para as empresas se posicionarem perante uma negociação. Assim, era muito comum que certas empresas procurassem o Centro para que este realizasse estudos e mapeasse quais impactos tais organizações sofreriam em consequência de determinado acordo internacional. Um outro componente muito forte do núcleo, nessa época, eram os cursos de capacitação oferecidos para jovens executivos. Esse curso tinha um lado prático, uma espécie de treinamento que ensinava as técnicas de negociação (“como negociar?”) e, por outro lado, desenvolvia uma parte mais teórica para estimular o entendimento a respeito dos processos internacionais (“O que é a ALCA?”, “O que é o Mercosul?”, “Qual é a agenda substantiva dessa negociações?”). Amâncio explica que o público alvo era estudantes de graduação e de pós-graduação, mas eles também tinham alunos vindos de empresas e da iniciativa privada. “Funcionários da Fiesp, da Amcham (Câmara Americana de Comércio) e de multinacionais de diversas áreas faziam esse curso para se aperfeiçoar e se capacitar”, explica. Suspenso no ano de

2005, o curso de “Capacitação em negociações Internacionais” voltará a ser oferecido a partir de março desse ano.

O professor explica que esse centro de estudos foi formado a partir da iniciativa de ex-doutorandos do Departamento de Ciência Política que faziam parte do Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais – NUPRI. Depois de formados, muitos foram trabalhar em associações empresariais e sentiram falta de algum núcleo que orientasse seus trabalhos. Amâncio ressalta a importância de Luiz Olavo Batista, professor da Faculdade de Direito e árbitro permanente da OMC, nesse processo. “Ele nos deu muito apoio, porque na época nós não éramos professores, então não tínhamos nome para alavancar um centro dessa magnitude”, diz.

Formado em Ciências Sociais pela FFLCH, Amâncio defendeu seu doutorado em 2003, no Departamento de Ciência Política. O tema pesquisado foi a participação do setor privado brasileiro nas negociações da ALCA. Para a realização desse trabalho, ele passou um tempo nos Estados Unidos como pesquisador visitante do *Woodrow Wilson Center* e do Centro de Estudos Hemisféricos da Universidade de Defesa Nacional. Após concluir a tese, ele iniciou sua carreira no Departamento como professor. Atualmente, ministra a disciplina Política Externa Brasileira para a graduação e pós-graduação e a partir desse ano ministrará a disciplina Análise de Política Externa para a pós. É um curso novo que, segundo ele, abrangerá um pouco a experiência que adquiriu em suas pesquisas nos EUA. Quando passou a fazer parte do Departamento, sua preocupação era a compatibilização da sua atividade enquanto professor de uma universidade pública com uma atividade de natureza privada (no caso, o CAENI). “O regime de dedicação exclusiva a USP não permite que isso seja feito. Então eu tive a idéia de trazer o centro para o DCP”, explica. A proposta foi aceita e apoiada pelo Conselho Departamental e pelo professor Cícero Romão Rezende de Araújo, chefe do Departamento. Isso porque, segundo ele, os colegas reconheceram que o CAENI agregaria valor aos trabalhos e pesquisas na área de Relações Internacionais.

A vinda do Centro à USP fez com que suas atividades mudassem de foco. Aquela entidade que tinha um aspecto de consultoria privada transformou-se em um núcleo de natureza acadêmica, composto por pesquisadores juniores, ou seja, alunos de graduação da área de Ciências Sociais,

Direito, Relações Internacionais e Economia. “Isso não quer dizer que as empresas não se valham mais das nossas pesquisas”, diz o professor. Recentemente, foi feito um trabalho a respeito das perspectivas e dificuldades da integração sul-americana, assunto que, segundo ele, desperta o interesse do empresariado brasileiro.

Uma das principais atividades desse centro de pesquisa é realização do Fórum Anual IBSA (Índia, Brasil e África do Sul), sobre a coalização Sul-Sul, a qual, segundo Amâncio, amplia a capacidade de liderança do nosso país e o seu papel como porta-voz dos países em desenvolvimento. Além disso, o professor adianta que a diretoria do CAENI (composta por ele, pelo professor Rafael Villa, também do Departamento, e por João Paulo Cândia Veiga e Janina Onuki, ambos docentes da PUC) está estudando a possibilidade de promover um debate sobre as eleições presidenciais de 2006 e a política externa brasileira. Recentemente, também foi feito um projeto entre o CAENI e a Amcham, do qual participaram multinacionais de diversas áreas. A pesquisa analisou o posicionamento e as demandas dessas empresas em relação ao governo brasileiro em quatro segmentos: serviços, propriedade intelectual, agricultura/agronegócios e investimentos. “O curioso é que as multinacionais respondem aos interesses das suas matrizes americanas. Então, o governo brasileiro tem que lidar com essa demanda, a qual entra em conflito com o posicionamento das empresas brasileiras”, explica Amâncio. Como exemplo, ele cita a necessidade de o Brasil combater a pirataria e vigiar o respeito à propriedade intelectual, o que é completamente antagônico com a idéia americana da licença para a quebra de patentes.

Sobre a postura brasileira na maioria dos acordos estrangeiros, o especialista faz a sua crítica: “eu acho que o prejudicial para o nosso país é uma postura brasileira muito defensiva, o Brasil é muito restritivo”. Assim, ele explica que

o nosso país dá muita ênfase aos acordos firmados com países da América do Sul ao invés de se aproximar mais dos EUA. Para o professor, a partir do momento em que o Brasil optou por não fazer parte da ALCA, perdeu o grande mercado americano para outros países. Nesse sentido, algumas parcelas do setor privado reagiram negativamente a essa decisão do governo, pois muitas empresas brasileiras têm capacidade de exportar e competir internacionalmente. Amâncio também explica que grande parte do empresariado brasileiro não viu com bons olhos a negociação sobre o Mecanismo de Adaptação Competitiva – MAC -, a respeito das salvaguardas argentinas. No início desse ano, diversas reuniões entre Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente argentino Nestor Kirchner tiveram como objetivo a negociação sobre o funcionamento das salvaguardas solicitadas pelo país vizinho para proteger setores sensíveis da indústria que possam sofrer danos com o aumento das exportações brasileiras. “O setor privado entendeu que isso foi prejudicial ao Brasil, pois esse acordo parece institucionalizar um mecanismo de reclamação da Argentina e de proteção contra as exportações brasileiras”, critica.

Questionado sobre a importância do Centro para a sociedade em geral, Amâncio conclui que a partir do momento em que o Brasil se redemocratizou na década de 90 e conseqüentemente, sofreu uma maior abertura econômica, fenômenos como OMC, ALCA e Mercosul passaram a afetar diretamente nosso país e a população. Assim, pesquisas como as desenvolvidas pelo Caeni ajudam a sociedade a perceber a importância desse temas e o impactos destes em suas vidas.

O CAENI também possui um *site* na Internet (www.caeni.com.br), no qual estão disponíveis todas as informações a respeito do Centro, além de textos acadêmicos, resumos de pesquisas, notícias, divulgação de eventos e de vagas para pesquisadores juniores.

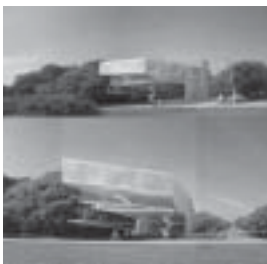
EM NOME DA PAZ E DO RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS

POR ALINE VICENTE MIGUEL

“Um museu de braços abertos para o mundo, a fim de abraçar todos os povos”. Foi assim que a historiadora Anita Waingort Novinsky definiu o projeto arquitetônico de Juliana Corradini, arquiteta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e vencedora do Concurso Nacional para a Escolha do Melhor Projeto para o Museu da Tolerância da USP. O concurso foi organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil. O presidente do júri foi o arquiteto Jorge Wilhelm e a premiação ocorreu no dia 24

de novembro de 2005, na Bienal de Arquitetura.

Na opinião de Anita Novinsky, professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, presidenta do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância – LEI - e idealizadora do museu, Juliana e sua equipe projetaram uma construção que corresponde ao tema da liberdade e da diversidade. Para Anita, cada elemento do museu projetado é simbólico. Como exemplo, ela cita as paredes revestidas por vidros, que simbolizam a transpa-



O projeto arquitetônico de Juliana Corradini, vencedor do concurso

rência da sociedade. Zilda Márcia Gricoli Iokoi, professora do Departamento de História da FFLCH e diretora executiva do LEI, achou o projeto maravilhoso, pois incorporou fortemente a idéia da tolerância. “Haverá rampas de acesso tranquilas, onde todos poderão andar: idosos, crianças e moços.

Ela plantou o museu em uma ponta para deixá-lo voar como a liberdade”, diz.

Anita explica que o LEI, fundado em 2002, foi uma idéia que nasceu depois dos atentados terroristas aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, quando ela se conscientizou de que o mundo está passando por grandes transformações, as quais podem causar um perigo enorme para a vida humana em todo o planeta. “O mundo está dividido em muitas facções e numa diversidade de opiniões e ideologias, o que tem causado traumas sociais e o sofrimento de uma grande parcela de pessoas inocentes”, afirma. Assim, ela concluiu que acadêmicos e intelectuais deveriam se manifestar em nome da sobrevivência humana.

Desse modo, o Laboratório foi formado com o objetivo de estimular a pesquisa e a investigação sobre questões da intolerância. Cada pesquisador trabalha uma área diferente: sobre crianças, mulheres, negros, índios, judeus, árabes, e inclusive sobre a miséria. Porém, Anita logo percebeu que eram insuficientes os trabalhos científicos e acadêmicos, pois são lidos por uma minoria e não alcançam a massa da população brasileira. “O brasileiro é um povo de grande criatividade e talento, mas é um povo que não lê”, lamenta. Assim, quando visitou o Museu da Tolerância em Los Angeles, pensou na utilidade de se criar um órgão semelhante no Brasil para conscientizar os brasileiros de que eles devem trabalhar pela democracia, pela liberdade de expressão, pela justiça social e pela paz. O Museu da Tolerância da USP será o primeiro do gênero na América Latina.

Zilda também ressalta a importância de expor o programa do LEI para a sociedade ampla, o que será possível quando o museu estiver concluído. Para ela, a vida acadêmica é muito lenta e a realidade impõe certas mudanças. “Por que esperar concluir uma pesquisa, para resultar em um livro, para somente depois as pessoas terem conhecimento de práticas de intolerâncias?”, questiona. Assim, pretende-se trabalhar simultaneamente a informação, a reflexão, a teoria como a prática.

O museu deverá ocupar um espaço de aproximadamente 5.000 metros quadrados, próximo ao Departamento de História. Conterá com duas bibliotecas, uma cinemateca,

dois auditórios (um com capacidade para 400 pessoas e outro para 200 pessoas); além de galerias para exposições temporárias e permanentes, salas de aula, uma lanchonete, uma loja e um espaço que será um centro de convivência para debates e troca de idéias.

O acervo será composto por documentos, filmes, depoimentos de testemunhos, fotos, literaturas e poemas, tudo apresentado didaticamente. Anita doará sua biblioteca de mais de 10 mil livros e o seu arquivo particular. Durante 30 anos de pesquisa em Portugal, ela colheu milhares de documentos e processos do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. Além disso, possui outros materiais sobre diversos temas ligados à intolerância: guerras, anti-semitismo e racismo. Zilda também doará parte de seus materiais para compor o acervo do museu. Também serão firmadas parcerias com o Museu da Tolerância de Los Angeles, o Museu do Holocausto em Jerusalém e com instituições semelhantes de países como Alemanha, Espanha, França, México e Portugal, para a troca de materiais e informações, os quais serão disponibilizados para pesquisadores em geral. Além disso, o órgão americano B'nai B'rith, que trabalha pela defesa dos direitos humanos juntamente com a Anti – Defamation League, apoiou com entusiasmo a idéia da professora Anita e financiou o pagamento do concurso arquitetônico.

As professoras ressaltam que o museu não será exclusivamente um museu em estilo tradicional com exposição de objetos e peças. O foco estará na interatividade, que será possível graças a certas atividades, como a exibição de filmes e a realização de debates e jogos. Tudo isso para fazer com que qualquer pessoa que entre no museu tenha uma participação, reflita e se conscientize de que todos devem lutar pela paz.

Zilda ressalta a importância de não se restringir as atividades do museu sobre a questão da intolerância. Pretende-se organizar exposições e atividades que mostrem aspectos de outras culturas, como formas de alimentação, festas, relações familiares, etc. “Não adianta apenas fazermos ideologia. Temos que dar uma série de elementos para que a sociedade perceba a riqueza cultural dos vários povos do mundo”, diz. Para Zilda, a primeira tarefa necessária para trabalhar a favor da cultura da paz e da liberdade é saber reconhecer as diferentes culturas. A partir do momento em que um povo passa a considerar sua cultura superior a de outro, começam os conflitos e as guerras. Anita pensa da mesma forma. Para ela, uma das belezas da vida humana é a diversidade. Porém, como as diferenças culturais não tem sido entendidas, causando conflitos e massacres, é necessário trabalhar numa direção que mostre que todos os homens são iguais e fazem parte de uma mesma família humana.

Os idealizadores do museu também pretendem promover eventos nacionais e internacionais, publicar obras bilíngües que divulguem as pesquisas do Laboratório.

Os temas debatidos, divulgados e expostos, incluem trabalhos sobre racismo e preconceito; perseguições políticas; violência contra minorias e contra mulheres, crianças e idosos; guerras; cidadania e educação; problemas indígenas e inquisição, além da questão do anti-semitismo e do Holocausto, que, nas palavras de Anita Novinsky, "foi o maior crime da história da humanidade contra um povo".

Tendo concluído a etapa do concurso e premiado o projeto vencedor, o próximo passo será organizar uma audiência com a reitora Suely Vilela, para definir se a USP pagará o detalhamento do projeto e o orçamento. O projeto também será inscrito no Ministério da Cultura e no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES -, para angariar fundos provenientes de doações privadas. Também será montada uma comissão composta por um especialista na área jurídica, por um intelectual ligado às Ciências Humanas e pelo arquiteto Jorge Wilhelm. Tal comissão será responsável pelo orçamento e credenciamento do projeto, além do levantamento de fundos para iniciar a construção do museu, cuja inauguração está prevista para 2008.

Simultaneamente a essas etapas, a equipe do LEI desenvolverá, nos próximos três anos, o projeto em rede Instituto Milênio, subsidiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ. Assim, será desenvolvido um portal na Internet, que abrigará um

observatório sobre a intolerância e uma agência de notícias. Além disso, serão construídas seis salas temáticas: inquisição; escravidão; problemas indígenas; mulher; holocausto e anti-semitismo, e infância e cidadania. Cada um desses módulos abrigará, na Internet, cursos, aulas, conferências, materiais de pesquisas e bibliografia. As pesquisas sairão do círculo restrito da academia para atingir um grande número de pessoas. "Eu fiquei sensibilizada em ver a consciência que o governo brasileiro demonstrou ao valorizar os nossos trabalhos sobre a intolerância nesse momento tão grave da história da humanidade", diz Anita.

O Instituto Milênio também desenvolverá uma pesquisa que identificará a real situação das escolas públicas e privadas não só do estado de São Paulo, mas de todo o Brasil. Assim, será feito um estudo para avaliar se as escolas correspondem ou não às expectativas dos professores, dos alunos e da própria comunidade.

Entusiasmadas com o projeto, as historiadoras afirmam que o museu será um verdadeiro centro de cultura pela paz. Para Anita, ele será um presente da USP para o Brasil, e do Brasil para o mundo. "O Brasil vai mostrar que tem o maior interesse em defender os Direitos Humanos", diz. Ela também ressalta o apoio e a colaboração de seus alunos de pós-graduação na realização desse trabalho, como Lina Gorenstein, Benair Ribeiro, Eneida Ribeiro e Daniela Levi, além de estudantes do Maranhão, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia e Minas Gerais, dos quais ela é orientadora de teses de doutorado sobre a Inquisição.

ENTREVISTA

GILDO MAGALHÃES DOS SANTOS FILHO

POR ALINE VICENTE MIGUEL



O entrevistado é livre docente do Departamento de História

AVM: Primeiramente, gostaria que o senhor me falasse sobre a sua formação acadêmica.

GMSF: Eu tenho uma formação acadêmica um pouco diferente, comparando-se com os outros historiadores aqui do Departamento. Eu fiz, na realidade, duas graduações aqui na USP: cursava engenharia eletrônica na Escola Politécnica e, ao mesmo tempo, eu fazia a licenciatura em Física. Eu tentava conciliar esses dois cursos, entre os anos de 1967 e 1972.

Entre 1973 e 1974 eu fiz um mestrado em engenharia na Universidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos. Ao voltar para o Brasil, eu continuei trabalhando como engenheiro. Depois, uma série de coincidências me levaram, especificamente, para a área de História. E essas coincidências começaram justamente na Poli, durante a minha graduação: eu fiz parte de uma das gerações que teve o curso do professor Vilem Flusser, um filósofo de origem européia que ministrava aulas de História e Filosofia da Ciência. Como ainda não era o tempo dos institutos, a Poli tinha esse curso obrigatório de História e Filosofia da Ciência para todas as especialidades (engenharia civil, elétrica, mecânica, etc.). Foi um aprendizado muito intenso e diferente de todo o

resto, que me despertou muito para esse tema. Na época, também havia na Poli outras disciplinas da área de Humanidades, como Sociologia e Língua Portuguesa. Era um tempo diferente, que propiciava um pouco mais de abertura, o que hoje em dia é mais difícil. Se você quiser ter um curso de Filosofia para a Poli, provavelmente não conseguirá e será mais fácil ter algum curso aqui da FFLCH, o qual os alunos da Poli poderão cursar como disciplina optativa.

Bom, devido a esse primeiro contato com o professor Flusser, eu também tive aulas na Poli com um professor chamado Milton Vargas, muito conhecido na área de História e Filosofia da Ciência aqui no Brasil.

Desde o final da minha graduação até a década de 1990, mais ou menos, eu não tive mais nenhum vínculo com a USP. Durante esse período, no entanto, eu li intensamente, fui um auto-didata. Estudei Filosofia, História, Física, Matemática e Biologia. Então, este relativo afastamento da Universidade não me afastou dos estudos. Nos anos 1990, eu retornei para a USP. Como eu já conhecia o professor Milton Vargas, ele me convidou para conhecer o Centro de História da Ciência, um núcleo interunidades ligado à Reitoria e dirigido pelo professor Shozo Motoyama, que funciona aqui no Departamento de História. A partir dessa entrada no Centro, eu produzi alguns textos que foram agrupados em publicações da Unesp sobre História da Ciência no Brasil. Nessa época, eu também comecei a fazer o meu doutorado em História Social, produzido entre os anos de 1991 e 1994 e cujo título foi: Um Bit Auriverde – caminhos da tecnologia e do projeto desenvolvimentista na formulação duma política nacional de informática para o Brasil (1971 – 1992).

Para mim, esse tema era interessante porque eu tinha, de certa forma, trabalhado dentro dessa política como engenheiro; trabalhei em uma série de projetos que foram feitos dentro da Lei de Informática. Eu até acompanhei algumas discussões em Brasília, juntamente com os formuladores dessa política, então eu já tinha familiaridade com o tema. E também sempre me interessou muito a temática do “desenvolvimento nacional”, “desenvolvimento econômico e social do Brasil”. Em meados da década de 1970, se pensava com uma dose de acerto e com uma dose de erro que o Brasil podia desenvolver a sua própria informática, com computadores e programas nacionais, sem a dependência de estrangeiros. Na minha tese eu faço uma análise, tendendo ser mais isento como deveria ser o historiador, embora a gente sempre tenha nossas próprias inclinações. E eu percebi que esse processo foi importante, pois formou recursos humanos: o projeto de informática brasileiro ocorreu porque

tínhamos uma base no Brasil, a base das escolas de engenharia, formada nos anos 60. Depois, esse processo todo acabou sendo cartorializado. Várias indústrias tentaram reservar o mercado para si através de oligopólios: poucas empresas determinavam os preços dos produtos, que eram altos e não-competitivos. A partir daí, começou uma grande pressão para acabar com essa política. E ela acabou quando o Collor assumiu a presidência da república.

Também desenvolvi dois pós-doutorados: um em 1998, na USP e outro em 2003, no Smithsonian Institute, nos EUA. Já a minha tese de livre docência sobre ciência e ideologia foi defendida em 2005, aqui na FFLCH.

AVM: O senhor se formou na graduação em Engenharia Eletrônica em 1972 e entrou no doutorado em História Social somente em 1991. Nesse intervalo de tempo, qual era a sua atuação? Por que o interesse em mudar de foco? (de engenheiro para historiador)

GMSF: Depois de formado, eu me afastei da Universidade para trabalhar como engenheiro. Eu trabalhei, principalmente, numa empresa chamada Promon, na época dos grandes projetos nacionais de infra-estrutura, como a Usina de Itaipu, o metrô de São Paulo e uma série de outros projetos nas áreas de transportes, comunicações, energia e saneamento. Isso foi no período militar, entre o final dos anos 1970 e início da década de 1980.

Também passei um tempo no exterior. Eu tive uma bolsa de estudos para trabalhar na Alemanha, entre 1983 e 1985. Essa bolsa era concedida por uma fundação ligada ao Ministério de Pesquisa e de Educação da Alemanha e não estava, necessariamente, vinculada à academia. Eu poderia escolher entre estudar em uma Universidade ou fazer estágio em uma indústria. E eu fui para o laboratório de pesquisas de uma empresa multinacional conhecida, a Siemens. Na época, eu trabalhava bastante com automação eletrônica, meu projeto no Brasil era muito voltado para o metrô de São Paulo e os sistemas de controle de trens. E esse era um setor no qual a Alemanha tinha uma liderança muito grande, então eu fui para lá acompanhar isso.

Como já disse, meu retorno à Universidade de São Paulo se deu através do meu contato com Milton Vargas. Desde a época da minha graduação, na Escola Politécnica, os assuntos relacionados à História e Filosofia da Ciência já despertavam a minha atenção. Na década de 1990, surgiu a oportunidade de participar do Centro de História de Ciência e de defender meu doutorado em História Social. E a partir daí iniciei minha carreira como professor na USP. Eu come-

cei ministrando aulas numa disciplina inédita de pós-graduação, uma História Social da Eletricidade, na Escola Politécnica, entre os anos de 1995 e 1996. Hoje, no Departamento de História, eu dou aulas de Ciência e Ideologia e Teorias da Evolução e do Progresso, para a pós-graduação e de História da Ciência e da Técnica, para a graduação, não somente para a História, mas para disciplinas que oferecemos regularmente à Biologia e Química.

Atualmente, eu também sou o coordenador da Comissão de Ensino de História, cuido um pouco dessa parte mais administrativa. A Comissão de Ensino tem uma face burocrática, que engloba as solicitações e os pedidos de alunos relativos a transferências, equivalências, etc. Mas eu também quero aproveitar a oportunidade para criar meios de futuramente discutir a própria estrutura do curso de História, principalmente agora que vai entrar esse novo projeto de licenciatura. Antigamente, todas as licenciaturas eram desenvolvidas na Faculdade de Educação e agora uma parte será desenvolvida nos próprios institutos da Universidade. Então nós temos que repensar toda a nossa grade e refletir sobre o curso.

AVM: Na sua opinião, como está esse curso de História hoje?

GMSF: Eu acho que é um curso bom. Algumas lacunas vêm sendo preenchidas desde a greve de 2002, com a contratação de novos professores, o que supriu, por um lado, a deficiência no número de docentes, e por outro lado, está permitindo a entrada de novos campos, novas linhas de pesquisa aqui no Departamento. Nós vamos ter agora o curso de História da Ásia com ênfase na História do Oriente. A área de História dos Estados Unidos será reforçada. E há outros campos entrando em discussão, como a História da América Pré-colombiana. Algumas universidades já trabalham nessa linha. Então eu acho que estamos superando algumas deficiências e a tendência é melhorar.

Nós temos, em particular, um déficit muito grande em História da Ciência, porque ministramos disciplinas para a História e para outros institutos da USP e nessa área só há o professora Shozo Motoyama e eu. Essa é a única disciplina na qual há somente dois professores. Todas as outras têm, no mínimo, três docentes. Então nós lutamos muito para conseguir mais uma vaga nessa área e conseguimos. Em dezembro passado, houve um concurso que aprovou Francisco Assis de Queiroz como o novo professor de História da Ciência. Ele é doutorado pelo nosso Departamento e professor da Unesp (campus de Assis). Lamento, no entanto, o pouco número de candidatos: apenas 4 pessoas participaram do concurso. Isso, para mim, foi uma falha de divulgação por parte da Faculdade.

AVM: Como era a Universidade de São Paulo na época da sua graduação? Quais as principais mudanças por quais a USP passou desde aquele tempo até hoje?

GMSF: Do ponto de vista estudantil, a Escola Politécnica era, e talvez ainda seja, uma unidade cujos estudantes estão mais interessados em estudar do que em acompanhar o Movimento Estudantil. Mas, excepcionalmente em 1968, houve uma paralisação muito grande da USP que atingiu a Poli. Isso foi por ocasião dos acordos MEC-USAID (Ministério da Educação e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) através dos quais se mudava o modelo de educação do Brasil, inclusive o modelo de ensino superior. Foi depois desses acordos que houve a criação dos institutos. O Movimento Estudantil foi fortemente contrário a esse tipo de acordo, então a greve eclodiu, num ano de muitos protestos contra a ditadura militar. Nessa época, a Física já tinha uma participação muito mais intensa dos estudantes e como eu fazia as duas faculdades, participei muito ativamente das manifestações.

Mesmo não fazendo parte do Grêmio da Poli, eu ia às assembleias que ocorriam no CRUSP e nas passeatas, as quais movimentavam muita gente, e onde havia muitos enfrentamentos com a polícia, em plena ditadura militar. Era a época na qual alguns estudantes da USP, por exemplo, fabricavam e carregavam coquetéis-molotov e atiravam bolinhas de gude embaixo das patas dos cavalos dos policiais. Na verdade, o grupo da Poli que participava dessas manifestações era reduzido em comparação às outras unidades, mas eu não tenho conhecimento de nenhuma outra época em que a Poli participou tanto de uma paralisação.

Já na Física ocorreu algo muito interessante. Como lá a adesão foi muito grande, as aulas pararam totalmente e foi instituída uma coisa notável na história da Faculdade: os cursos livres. Como os professores estavam em greve, quem ministrava as aulas eram os alunos de pós-graduação. Os estudantes faziam uma série de atividades acadêmicas durante esse período e uma dessas atividades eram as aulas, dadas no gramado da Física e não nas salas de aulas. Muitas delas eram muito melhores do que as aulas ministradas pelos próprios professores. Também se debatia muito o que significava ser físico num país subdesenvolvido, no qual as pesquisas na Física não tinham uma autonomia como se desejava. Isso porque se dizia que alguns projetos de pesquisas eram aprovados porque os Estados Unidos os achavam bons. Independentemente de ser correta ou não a afirmação, era uma grande chance de se discutir o país e a profissão: o que você pode fazer depois de formado?

Embora eu não seguisse a carreira de físico e sim a de

engenheiro, todas essas questões se mantiveram na minha cabeça: qual a utilidade de se ter uma profissão de físico ou até mesmo de engenheiro? O que você vai fazer com isso? Qual o objetivo de uma sociedade gastar dinheiro numa instituição pública que forma engenheiros aqui no Brasil? Qual o sentido público disso?

As respostas eram muito variadas, porque essas discussões eram infundáveis. Havia muitas opiniões e dificilmente chegava-se num consenso. Eu não diria que esses encontros eram importantes por causa de um consenso que eu já disse que não havia, mas eles eram importantes pelas discussões em si. Eu ainda acho que essas questões não estão resolvidas. O que o país conheceu a partir da década de 1990, foi a vitória do modelo neoliberal da economia. Isso foi uma das coisas que me fez pensar em sair da engenharia e voltar para a Universidade. Com o modelo neoliberal, várias empresas que trabalhavam por um desenvolvimento genuinamente nacional deixaram de existir ou se transformaram em entrepostos de vendas de multinacionais, porque foram compradas. Então o caráter da engenharia nacional mudou muito. Ao invés de pessoas que trabalhassem em projetos de verdade, passou a bastar contratar pessoas que soubessem ler manuais e fazer vendas. Esse tipo de atividade estava ligada com o que aconteceu no Brasil, que foi uma desindustrialização máxima e uma opção por usar tecnologia importada ao invés de desenvolver tecnologia própria. Isto me desagradou muito e desagradou também toda uma geração que tinha um outro ideal.

Para mim, o meu doutorado foi uma oportunidade para refletir sobre o assunto e escrever algo a respeito. E a partir daí eu fui cada vez mais me interessando em estar na Universidade, num local em que as pessoas têm mais liberdade para fazer essas discussões do que, evidentemente, nas empresas.

AVM: Em 2005 o senhor defendeu sua livre-docência intitulada de Ciência e ideologia: dimensões sociais da idéia de progresso. Gostaria que o senhor me falasse um pouco sobre essa etapa da sua carreira, quais dificuldades o senhor enfrentou nesse trabalho, bem como sobre o tema da pesquisa.

GMSF: A livre-docência é uma etapa na sua carreira na qual, pela primeira vez, você não tem um orientador. Para isso, você precisa ter bastante segurança para enfrentar esse desafio. Foi quando eu resolvi juntar o curso de Ciência e Ideologia, que eu dava na pós, com alguns aspectos que eu trabalhava em aula com os alunos da graduação, especialmente o tema do progresso. A idéia do progresso, que muitos consideram uma herança iluminista, mas que, na

verdade, vem do Renascimento, começou a declinar, inclusive aqui na USP, em consequência das críticas da Escola de Frankfurt. Isso porque alguns viam e ainda vêem o progresso como algo simplesmente mecânico, que surge em decorrência da tecnologia e das máquinas e se planta de uma forma avassaladora, entrando no movimento do capital. Assim, o progresso e a tecnologia passam a ser vistos, por um lado, como algo que aumenta a alienação das pessoas e, por outro, como uma coisa que adquire vida própria, sem a interferência do ser humano. Enfim, com isso, a idéia de progresso entrou em baixa. Ao mesmo tempo, é interessante notar que esse declínio ocorreu quando o mundo todo sofreu uma desindustrialização muito severa, a qual tem seu início na década de 1970 e se estende até os nossos dias com a incorporação da doutrina neoliberal. Isso deixou as pessoas muito descrentes e confusas. Muitas passaram a achar que a ciência não servia para nada, que ela é um malefício, ou seja, passaram a ter medo do desconhecido. Enfim, vários fatores contribuíram para essa descrença, como a já mencionada desindustrialização e a queda na qualidade do ensino de ciência, que é geral, não só no Brasil, mas também em países desenvolvidos como os EUA. Como eu trabalho com a História da Ciência e da Técnica, eu tenho esse desafio de mostrar a diferença que existe entre as apropriações que são feitas da ciência e da tecnologia: a tecnologia usada para a produção de energia nuclear, com a qual se pode fabricar uma bomba atômica e matar milhões de pessoas é a mesma tecnologia que pode gerar energia de uma forma econômica e segura, por exemplo. A diferença qual é que é? É a apropriação, que depende das pessoas, das instituições e dos governos que farão uso dessa ciência e dessa tecnologia. É com esse tipo de questão que eu trabalho na minha tese de livre docência.

AVM: Como pesquisador da História da Ciência e da Tecnologia, quais os maiores e mais importantes avanços tecnológicos e científicos o senhor destacaria na História do Brasil?

GMSF: É difícil dizer, porque os nossos esforços científicos acabam sendo difusos. Por exemplo, o Brasil não tem nenhum Prêmio Nobel, nem na área de ciência. Enquanto que a Argentina tem um Prêmio Nobel de Física, o México também, de Química. Como eu falei, o nosso esforço é mais difuso e acaba se perdendo. Dificilmente há alguém de projeção no Brasil. Nós temos visto a projeção na área de biotecnologia, evidentemente, e há alguns nomes conhecidos, com uma grande representatividade no cenário internacional. Mas parece que ao mesmo tempo que isso

acontece, o sistema admite um cientista trabalhando no Instituto Butantan, por exemplo, recebendo um salário que é metade do que um pesquisador da USP com a mesma titulação ganha. Isso desmotiva a pessoa, não dá grande visibilidade à pesquisa e ao trabalho que ela faz.

AVM: Hoje, como o senhor vê o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no nosso país? Na sua opinião, quais as principais dificuldades nesse setor e as causas para a defasagem em determinadas áreas?

GMSF: Bom, a História da Ciência no Brasil está sendo pesquisada e retrocedendo cada vez mais. Até algum tempo atrás, se imaginava que antes do Brasil republicano não existiam pesquisas científicas. Os trabalhos de vários alunos, inclusive aqui da USP, acabaram mostrando que essa afirmação é incorreta: no Império também havia alguma atividade científica e tecnológica. Por exemplo, durante o 2º Império, a nossa indústria naval se desenvolveu muito, não só as máquinas, mas também os projetos de navios. Esse recuo nas pesquisas continua e hoje em dia muitos já admitem a atividade científica no período colonial.

Agora o interessante é que desde esses períodos mais remotos, até hoje, o que houve foi um grande descaso com a ciência e com a tecnologia por parte dos governos e da própria sociedade. Isso está relacionado com o descaso à educação em geral. As nossas elites sempre foram muito dúbias a esse respeito, com polarizações muito grandes. Por exemplo, depois do governo Vargas, renasceram as discussões a respeito da vocação do Brasil: agrícola ou industrial. Foi nessa época que pessoas como Roberto Simonsen criaram a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), com a idéia de que deveríamos alavancar a indústria e, para isso, investir em ciência, em tecnologia, exatamente com o fim da 2ª Guerra Mundial. E a evidência de que países como os EUA tinham se tornado potências porque investiram nisso começou a despertar o interesse dos brasileiros. A criação da SBPC em 1948 é um exemplo disso.

A meu ver, uma das nossas tragédias é a falta de continuidade. Por exemplo, há certos planos e projetos em andamento. Ai troca-se o governo e mudam-se os planos, esquece-se tudo, recomeça-se tudo outra vez. Como nós sofremos desta descontinuidade como um todo, a nossa ciência acaba tendo quase somente valores individuais muito grandes. Por exemplo, a bradicinina, que se revelou como a base e o início de todos os tratamentos contra a hipertensão, foi descoberta aqui no Brasil, mas foi patenteada no exterior por estrangeiros. Isso porque os brasileiros não se mobilizaram para fazer a patente aqui. Essa descoberta gerou muito dinheiro e muito lucro para os laboratórios estrangei-

ros, que exploraram isso em escala mundial.

Outro exemplo: Santos Dumont era considerado e ainda é, por muitas pessoas, o protótipo do brasileiro que é inventivo, criador, enfrenta dificuldades, mas mesmo assim realiza sua missão. Mas nós sabemos que durante muito tempo qualquer indústria aeronáutica brasileira foi um sonho. Então não houve uma continuidade, ainda mais porque ele, por não estar inserido na realidade brasileira, foi realizar os seus projetos na França. Ele vendeu a patente do avião Demoiselle para os franceses. Quem lucrou com isso? A França. E a indústria brasileira? Não. Santos Dumont não foi importante para o nosso desenvolvimento.

Essas descontinuidades são a nossa característica, reforçadas pelas nossas elites. É muito comum você ter grandes industriais aqui de São Paulo que ainda mandam seus filhos estudarem engenharia no exterior, pois não se interessam pelas escolas de engenharia brasileiras.

O que eu quero ressaltar não é exatamente alguma comparação entre o nível das escolas brasileiras e estrangeiras, e sim o comprometimento. Esses são os industriais que, em determinado momento, deixam de produzir, se associam às empresas estrangeiras e passam a distribuir as mercadorias dessas empresas. No Brasil há esse pensamento internacionalista, muito conveniente para as doutrinas da globalização, da mundialização do mercado, enfim, tudo isto que o neoliberalismo adora.

O reflexo disso você vê hoje no vestibular da Fuvest: há uma procura menor por carreiras como engenharia e uma procura maior pelas Humanidades. É claro que sou a favor das Humanidades, mas ao mesmo tempo eu vejo nisso um termômetro da falta de confiança do brasileiro de que assuntos ligados à industrialização e à própria ciência tenham muito futuro aqui como uma carreira. As pessoas não acreditam nessa possibilidade para o Brasil, por causa do desemprego enorme no país.

Então eu acho que a História da Ciência deve refletir sobre isso, sobre o papel do Brasil no seu próprio desenvolvimento e fazer essa crítica. Somente através da História da Ciência e da Tecnologia crítica, é que haverá condições para se refletir sobre esse fenômeno e, eventualmente, contribuir para que isso mude.

Enfim, nós temos uma série de círculos viciosos envolvendo a ciência e a tecnologia no Brasil. Na minha opinião, nós temos até melhorado. Entidades como CNPq, Capes e Fapesp, têm ajudado a tirar desse limbo nossos profissionais. Mas eu acho que ainda falta algo mais. Na verdade, eu não vejo como resolver esse problema sem resolver um outro mais básico, que é o da educação em geral. Sem esta, nós poderemos ter alguma exceção de competência em algum campo,

como já temos, mas isto ainda não nos tornará uma potência científica e tecnológica. Se não resolvermos o problema de educação, teremos apenas ilhas de excelência num mar difuso que não chegará a essa excelência de jeito nenhum.

AVM: Para finalizar, gostaria que o senhor comentasse sobre o seu livro *Introdução à metodologia da pesquisa – Caminhos da Ciência e da Tecnologia*, lançado pela Editora Ática em julho de 2005.

GMSF: Esse livro tenta cobrir uma área que é muito utilizada em diversos cursos de graduação. Há cursos de metodologia, por exemplo, na Faculdade de Educação, no curso de Economia, na Escola de Comunicações e Artes, sem contar nas Ciências Sociais e nas Ciências Exatas. Os livros que existem por aí sobre o tema, em grande parte, são espécies de “auto-ajuda”, que tentam suprir uma deficiência atual muito grande: a de o aluno não saber como fazer uma pesquisa bibliográfica ou de campo. Assim, esses trabalhos são como um beabá e mostram coisas muito básicas, ensinam fazer resumos e notas de rodapé. Eu quis fazer uma coisa totalmente diferente, trazer algo novo para a educação superior. Meu trabalho trata de como a ciência desenvolveu seu método.

Creio que isto pode ficar mais compreensível a partir de um exemplo. No século XVII os problemas que a mecânica de Newton tentava resolver eram os da indústria naval, metalúrgica, numa sociedade absolutista como a da Grã-Bretanha, os quais puderam, vamos dizer, ser melhor resolvidos a partir da teoria newtoniana. Isso não significa que a teoria só era útil para aquela sociedade, mas vários valores foram colocados nessa versão da mecânica de Newton,

como por exemplo, a idéia de tempo e espaço absolutos ou de corpúsculo, que na mecânica é uma entidade, um ponto sem dimensão, aonde se aplica uma força. Isso, que parece uma coisa tão abstrata, na verdade, tem a ver com a filosofia britânica do empirismo. Então podemos perceber uma série de relações sociais, filosóficas, econômicas, naquilo que parece ser somente um monte de equações matemáticas. Já que a História da Ciência mostra essas leituras diferentes de um assunto tão conhecido como a mecânica clássica, a pergunta é: então o que é a ciência? A ciência é algo manipulado, uma coisa que, ao contrário do que deveria ser, é totalmente relativa, depende da sociedade e das pessoas inteiramente? Meu livro tenta explorar um pouco esse assunto. Ao pensar nessas questões, podemos refletir sobre o que é, de verdade, o método científico. Ele é algo histórico. O método científico de hoje é diferente do método científico do século XIX, pois ele depende dos valores, dos sistemas político-econômicos de cada época e lugar, do entendimento filosófico da ciência, da sua postura em relação ao problema da verdade científica, enfim, há uma porção de variáveis que tornam o tema muito mais interessante.

Eu também exploro a relação entre religião e ciência. Essa interface é muito interessante e importante exatamente porque, de um certo ponto de vista, a própria ciência acaba se tornando dogmática. E esses dogmas científicos têm uma certa semelhança com os dogmas religiosos, pois se tornam questões de crença. É lógico que a motivação para um e a motivação para outro são diferentes. Mas é muito comum que uma determinada visão decorrente de uma certa observação da natureza e sua interpretação evolua para uma crença de grupo, a qual é socialmente construída.

EVENTO

SEMANA DE RECEPÇÃO AOS CALOUROS 2006



Entre os dias 20 e 24 de fevereiro, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP realizou a sua Semana de Recepção aos Calouros. A abertura oficial do evento ocorreu na segunda-feira, dia 20, e foi

seguida por uma aula magna ministrada por Walnice Nogueira Galvão, professora aposentada do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. Com o título

“Gilda de Mello e Souza: um percurso intelectual”, Walnice falou, para um grande público, sobre a trajetória da docente da FFLCH, falecida em dezembro do ano passado.

Cada Centro Acadêmico da cada Departamento fez uma programação própria para a Semana, que incluiu desde aulas inaugurais para cada curso, diversas oficinas e exibição de filmes, até festas com



Prof. Walnice - aula magna

DJs, bandas, rodas de samba e de capoeira, churrascos, piqueniques, futebol, pintura de paredes e gincanas. Também foram realizados diversos debates sobre os mais variados temas, como o Movimento Estudantil, a história dos espaços da FFLCH, as eleições 2006, a conjuntura nacional e o acesso a universidade pública.

Durante esses cinco dias, muitos calouros realizaram um *tour* pela Universidade e puderam conhecer, além de seus respectivos Departamentos e Centros Acadêmicos, locais como o Museu de Arte Contemporânea da USP, o Centro de Práticas Esportivas e o Bandeirão Central.

Na quarta-feira, 22 de fevereiro, a programação foi um pouco diferente em relação aos outros dias. Com o objetivo de integrar todos os novos alunos da USP, o Diretório Cen-

tral dos Estudantes – DCE – promoveu a “Calourada Unificada”, no prédio de História e Geografia. Entre as atividades realizadas, podemos destacar oficinas e debates sobre o tema “Produção de Conhecimento” (indústria cultural, transgênicos, democratização da mídia), o lançamento da Campanha de Financiamento da Universidade (em torno da questão da Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a apresentação de entidades como Adusp - Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo -, Sintusp - Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo - e o próprio DCE. Também foram realizados três debates, que discutiram a América Latina, a Universidade e a Reforma Agrária e Reforma Urbana, além de uma aula magna que contou com a participação de Paulo Arantes.



MESTRADO

WILMA RODRIGUES ALVES

Departamento: Letras Modernas

Programa: Língua e Literatura Francesa

Título: “Tradução juramentada e marcadores culturais: uma questão de dizibilidade”

Orientadora: Prof. Dr. Alain Marcel Mouzat

Banca: Profs. Drs. Lídia Almeida Barros (UNESP) e Francis Henrik Aubert (FFLCH)

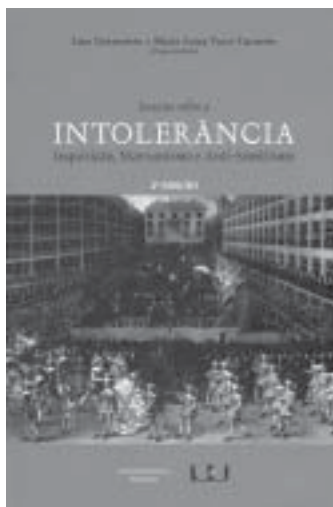
Resumo

Este trabalho procura refletir sobre as diversas questões que a Tradução Juramentada suscita enquanto tradução específica em seus aspectos históricos, legais e formais. Aborda a questão da fidelidade vinculada à fé pública e o que essa pressuposição representa no fazer tradutório. Operando com o par de línguas português-fran-

cês, buscou-se verificar a relação de interculturalidade através do cotejo original/texto traduzido, identificando a presença de alguns marcadores culturais linguisticamente expressos em um Histórico Escolar brasileiro, em doze versões realizadas no modo juramentado, assim como as tendências dos tradutores no trato com esses marcadores no diálogo lingüístico-cultural que se estabelece na tradução interlingual. À vista das diferenças extralingüísticas evidenciadas pelo confronto de dois sistemas educativos distintos, pretendeu-se analisar as estratégias utilizadas pelos tradutores para assegurar a dizibilidade e preservar a intenção comunicativa do original.

Palavras-chave: tradução juramentada, marcadores culturais, dizibilidade

PRODUÇÃO DA FACULDADE



ENSAIOS SOBRE A INTOLERÂNCIA: INQUISIÇÃO, MARRANISMO E ANTI-SEMITISMO LINA GORENSTEIN E MARIA LUIZA TUCCI CARNEIRO (ORGS.)

Ensaio sobre a intolerância reúne ensaios que tratam, especificamente, da repressão institucional praticada pelo Tribunal do Santo Ofício contra os judeus, cristãos-novos, homossexuais, feiticeiras e outros tantos hereges perseguidos pelo regime absolutista ibérico. A maioria dos artigos concentram-se na história do Brasil colonial propondo-se a um mapeamento da prática repressiva em diferentes regiões brasileiras. Contamos também com ensaios que tratam da trajetória do anti-semitismo em suas múltiplas formas de expressão, ou seja, dos tempos modernos aos dias atuais, dos espetáculos dos autos-de-fé às imagens do cinema nazista.

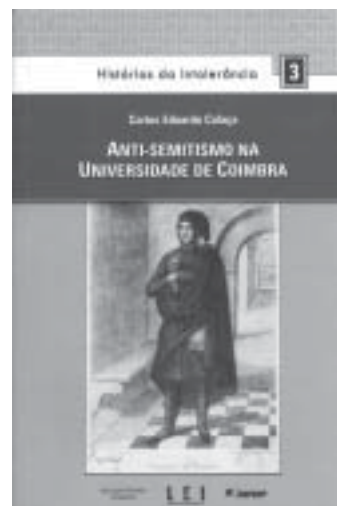
Associação Editorial Humanitas - www.fflch.usp.br/humanitas

ANTI-SEMITISMO NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CARLOS EDUARDO CALAÇA

“O objetivo deste livro é conhecer a história dos cristãos-novos, nascidos ou residentes no Rio de Janeiro, que freqüentaram a Universidade de Coimbra entre os anos de 1600 e 1730. As principais fontes documentais utilizadas são seus processos inquisitoriais, quando foram presos pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. Entramos em contato com depoimentos que revelam ambientes pelos quais passaram, dentre eles a Universidade de Coimbra e o Rio de Janeiro, com seus sistemas de lealdade, crenças e costumes”.

Associação Editorial Humanitas - www.fflch.usp.br/humanitas



O GERME DA REVOLUÇÃO: A COMUNIDADE LITUANA SOB VIGILÂNCIA DO DEOPS ERICK R. GODLIAUSKAS ZEN

O Germe da Revolução. A Comunidade Lituana sob Vigilância do DEOPS (1924-1950), aborda o processo de repressão à comunidade lituana que, assim como tantos outros grupos estrangeiros radicados no Brasil, foi vigiada por causa de suas idéias e práticas políticas entre 1930-1950. Aborda, ainda, as associações e clubes formados em São Paulo que visavam preservar a identidade de origem diante da política de homogeneização sustentada Estado brasileiro no período.

Associação Editorial Humanitas - www.fflch.usp.br/humanitas



SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL: A COMUNIDADE ESPANHOLA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ismara Izepe de Souza

Este estudo traz uma importante contribuição para a História das Idéias Políticas no Brasil e na Espanha do século XX. Inova no tratamento dado ao tema da imigração e da comunidade espanhola radicada no Brasil, ao trabalhar com fontes policiais inéditas pesquisadas no Fundo DEOPS/SP. A autora nos instiga a interpretar a experiência da imigração como um fio decisivo na História. Atenta às formas de engajamento e de defesa de ambos os lados conflitantes na Espanha (republicanos e nacionalistas), procura compreender a mobilização dos imigrantes espanhóis estabelecidos no Estado de São Paulo na Guerra Civil Espanhola e seus desdobramentos durante a primeira fase do governo de Franco (1936-1946). Procura reconstituir a tensão política manifesta em território espanhol, que, no Estado de São Paulo, foi tratada com intolerância pela Polícia Política.

Associação Editorial Humanitas - www.fflch.usp.br/humanitas

AUTOS-DE-FÉ COMO ESPETÁCULO DE MASSA

Luiz Nazário

Este livro aborda os sistemas políticos persecutórios das sociedades e de como o antijudaísmo disseminado pelos meios de comunicação monopolizados pela Igreja (autos, panfletos, sermões) catalisou a angústia da massa inculta diante dos fenômenos imprevisíveis e incontroláveis (doenças, epidemias, catástrofes).

Associação Editorial Humanitas - www.fflch.usp.br/humanitas



RAZÃO DA RECUSA

Betina Bischof

Este livro de Betina Bischof apresenta uma visão consistente e original de contradições constitutivas da forma poética drummondiana. Embora passe por temas e imagens, sua análise persegue o movimento das contradições no processo interno de estruturação formal, implicando o obstáculo e a negatividade como desafios da travessia que o próprio trabalho - o fazer poético - impõe ao poeta. Mas, dessas dificuldades, resulta numa lógica antieuclediana, para além do risco de impasse, o poema por fim composto. É por esse caminho problemático que Betina se aproxima do cerne da poesia e da poética de Drummond.

Editora Nankin - www.nankin.com.br





IRISH STUDIES IN BRAZIL

MUNIRA H. MUTRAN & LAURA P. Z. IZARRA

Pesquisa e Crítica tem por objetivo encorajar contribuições de diferentes campos de pesquisa desenvolvidos pelo Programa de Pós-graduação de estudos Linguísticos e Literários em Inglês da Universidade de São Paulo (USP). Cada volume da série apresentará novas perspectivas sobre assuntos significativos das áreas relevantes do saber.

Este primeiro volume, que comemora 25 anos de Estudos Irlandeses na USP, é uma coleção de poemas, ficção, ensaios e traduções de renomados escritores críticos e pesquisadores que participaram de diferentes atividades no Programa durante esse período. Este livro é uma homenagem aos muitos visitantes brasileiros e estrangeiros que contribuíram na consolidação dos Estudos Irlandeses no Brasil.

Associação Editorial Humanitas - www.fflch.usp.br/humanitas

MATIZES DO AMARELO: A GÊNESE DOS DISCURSOS SOBRE OS ORIENTAIS NO BRASIL

ROGÉRIO DEZEM

O autor nos conduz aos intrincados meandros do significado de ser "amarelo" antes da imigração japonesa no Brasil em 1908. Este livro se volta mais para o passado a fim de procurar entender o porquê da discriminação contra os amarelos. Coloca à disposição dos leitores brasileiros uma reflexão que contribui, não apenas para aqueles que estudam a imigração japonesa, mas também mostra como a construção de um discurso ideológico é sutil, classificando os acontecimentos históricos para reforçar seus argumentos, transformando detalhes em eixos explicativos. Esmiúça os caminhos que constroem um discurso, salientando como diferentes grupos se apoderam desses discursos para defender os seus interesses.

Associação Editorial Humanitas - www.fflch.usp.br/humanitas



ATO DE PRESENÇA: HINENI – HOMENAGEM À RIFKA BEREZIN

MOACIR AMÂNCIO (ORG.)

O raio de atuação de Rifka Berezin estendeu-se à educação e aos mais diversos âmbitos dentro da comunidade judaica e na comunidade ampla, ao incentivo para o estabelecimento de cursos de hebraico e de judaísmo em diversas universidades, à atividade intelectual em campos variados, da lingüística à educação. A prova cabal: as centenas de alunos formados, a criação de cursos, o desenvolvimento de atividades acadêmicas extrapolando em muito o escopo do curso de hebraico, as pesquisas sugeridas e incentivadas.

Associação Editorial Humanitas - www.fflch.usp.br/humanitas

LIVRO REVELA TRAÇOS DA CULTURA E COLONIZAÇÃO ESPANHOLA NO BRASIL “CAFEIRO”

HAMBRE DE TIERRA: IMIGRANTES ESPANHÓIS NA CAFEICULTURA PAULISTA, 1880-1930

MARÍLIA KLAUMANN CÁNOVAS

O livro de Marília Klaumann Cánovas é um mergulho na imigração espanhola, fruto de uma pesquisa que preenche uma lacuna sobre a contribuição deste povo na economia brasileira. A obra, editada pela Lazuli, reúne em suas 351 páginas, a análise da situação da Espanha no período, registros documentais da chegada dos imigrantes no Brasil e valiosos relatos orais de espanhóis que se estabeleceram na região de Catanduva, interior do estado de São Paulo. O resultado desta empreitada é uma obra que aceita um desafio duplo: fazer uma análise quantitativa e qualitativa da imigração espanhola. Marília iniciou este diálogo entre documentos e memórias enquanto buscava registros cartoriais em Villa Novaes. Lá, ela estreitou laços com a colônia local. Entre suas fontes, sete imigrantes remanescentes da primeira geração, que faleceram antes da pesquisa ser transformada em livro.

Os espanhóis ganham voz em uma obra que nasceu inicialmente para ser uma dissertação de mestrado em História Social, mas ganhou nova apresentação na edição da Lazuli. O livro vem ao encontro do crescente interesse de estudantes e apaixonados pela formação histórica do Brasil, pois analisa parte das migrações europeias de massa, ocorrida entre o fim do século XIX e primeiras décadas do XX. Ao contrário do que ocorreu com os italianos e alemães, os espanhóis foram objetos de poucos estudos.

Por isso mesmo Marília vai além de compilar dados e ouvir os relatos. Ela dedicou-se ao estudo sobre a Espanha, que vivia neste período um momento conturbado: guerras coloniais, falta de empregos, epidemias, terras cultiváveis restritas e população em constante aumento eram, em resumo, as condições que expulsavam os espanhóis de seu país.

A autora faz no livro uma espécie de roteiro. Parte dos reinos da Espanha, acompanha os imigrantes na subida da Serra para chegar a São Paulo, mostra a chegada às fazendas. O cotidiano, dificuldades e conquistas ganham sentido no livro *Hambre de Tierra* (fome de terra). Um título bastante esclarecedor. Afinal, para eles a terra era encarada como meio de ascensão social e, quem sabe, de volta à Espanha. Ao reunir a história coletiva e individual, oferece um ponto de vista singular para compreendermos a formação do povo brasileiro.



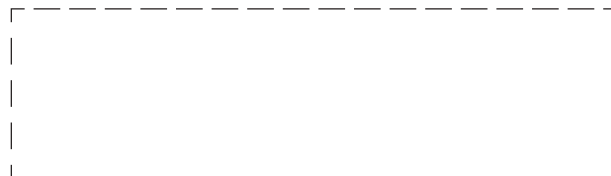
Editora Lazuli - www.lazuli.com.br

INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP

N. 25 – março/2006

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO – RUA DO LAGO, 717
CIDADE UNIVERSITÁRIA – CEP 05508-900
TELFAX: 3091-4612 – FONE: 3091-4938



O Comitê Editorial do Informe encontra-se à disposição para o recebimento de material. Artigos devem, preferencialmente, conter 50 linhas de 70 toques e outras matérias (notícias, eventos etc) no máximo 10 linhas. Tel/Fax (0XX11) 3091-4612 e e-mail: informe@usp.br